

**ACTAS DEL XIII
CONGRESO INTERNACIONAL
ASOCIACIÓN HISPÁNICA DE
LITERATURA MEDIEVAL**

(Valladolid, 15 a 19 de septiembre de 2009)

**IN MEMORIAM
ALAN DEYERMOND**

II

Editadas por
José Manuel Fradejas Rueda
Déborah Dietrick Smithbauer
Demetrio Martín Sanz
M^a Jesús Díez Garretas



VALLADOLID
2010

© Asociación Hispánica de Literatura Medieval, 2010

© Los autores, 2010

Reservados los todos derechos. Prohibida la reproducción parcial o total por cualquier medio, salvo para citas, sin permiso escrito de los propietarios del copyright

Publicado por el Ayuntamiento de Valladolid y la Universidad de Valladolid

Ni el Ayuntamiento de Valladolid, ni la Universidad de Valladolid (UVa) ni la Asociación Hispánica de Literatura Medieval (AHLM) ni los editores son responsables de la permanencia, pertinencia o precisión de las URL externas o de terceras personas que se mencionan en esta publicación, ni garantizan que el contenido de tales sitios web es, o será, preciso o pertinente.

Edición realizada dentro del proyecto de investigación VA46A09 financiado por la Junta de Castilla y León.

Ilustración de la cubierta de María Varela

ISBN 978-84-693-8468-8

D.L. VA 951-2010

Impreso en España por
Valladolid Artes Gráficas

OS REIS DE PORTUGAL NA *VERSÃO CRÍTICA DA ESTORIA DE ESPAÑA* E NA *CRÓNICA DE CASTELA*

FILIPE ALVES MOREIRA
Universidade do Porto/ SMELPS/FCT

O meu propósito é analisar a História dos reis de Portugal incluída em duas obras da tradição afonsina, a *Versão Crítica da Estória de Espanha* e a *Crónica de Castela*, tanto do ponto de vista dos significados, como da transmissão textual.

A *Versão Crítica da Estória de Espanha*¹ é a última das realizações historiográficas patrocinadas e directamente supervisionadas pelo rei Sábio, tendo sido redigida durante o seu exílio sevilhano de 1282 – 1284. O texto actualmente conhecido desta Versão principia com os reis godos (sendo, todavia, praticamente certo que o texto original incluía também as épocas anteriores) e termina com a morte de Fernando II de Leão, não parecendo plausível que tenha avançado para lá dela². A *Crónica de Castela*³ é, por sua

¹ Há edições críticas das partes que vão de Pelayo a Ordoño II (I. Fernández – Ordóñez, *Versión Crítica de la Estoria de España. Estudio y edición desde Pelayo hasta Ordoño II*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal/Universidad Autónoma de Madrid, 1993) e de Fruela II a Fernando II (M. Campa Gutiérrez, *La “Crónica de Veinte Reyes” y las Versiones “Crítica” y “Concisa” de la “Estoria de España”*, tesis doctoral, Universidad Autónoma de Madrid, 1995). Esta última parte está também acessível em *Crónica de Veinte Reyes*, coord.. César Hernandez Alonso, Burgos, Excelentísimo Ayuntamiento, 1991.

² Os estudos clássicos sobre esta obra são basicamente os de R. Menéndez Pidal, *Crónicas Generales de España. Catálogo*, Madrid, 1898; T. Babbitt, *La “Crónica de Veinte Reyes”. A comparison with the text of the Primera Cronica General and a study of the principal latin sources*, New Haven, Yale University Press, 1936; L. Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Volume I, Lisboa, INCM, 2009 (reedição da edição de 1951) e D. Catalán, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, Madrid, Gredos, 1962. A descoberta, em 1983, de um novo manuscrito veio tornar ultrapassados estes trabalhos em alguns, mas muito importantes, aspectos. A obra de referência básica para o novo panorama da *Versão Crítica* é, além dos já mencionados trabalhos de Fernández – Ordóñez e Campa Gutiérrez, D. Catalán, *De la silva textual al taller historiográfico alfonsi – Códices, crónicas, versiones y cuadernos de trabajo*, Madrid, Fundación

vez, uma das várias peças irremediavelmente anónimas da historiografia pós-afonsina; o estudo da sua constituição interna e da sua transmissão manuscrita permite, ainda assim, afirmar que foi redigida depois de 1289 e antes de 1312, ou seja, durante o reinado de Fernando IV ou ainda nos últimos anos do de Sancho IV⁴. Diego Catalán⁵ considerou-a um texto ideologicamente pró-nobiliárquico e Patricia Rochwert-Zuili relacionou-a mais especificamente à nobreza da Terra de Campos⁶; mas, curiosamente, tanto Catalán como Zuili

Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid, 1997. Fernández – Ordóñez proporciona uma útil síntese em C. Alvar /L. Megias, *Diccionario Filológico de Literatura Medieval Española*, Madrid, Cátedra, 2002, págs. 78 – 80, que eu aconselharia a cotejar com I. Fernández – Ordóñez, “El Mio Cid a través de las crónicas medievales” en Jesús Gómez (ed.), *Ochocientos años de “Mio Cid”: Una visión interdisciplinar*, Madrid, Ministerio de Educación, págs. 153-176.

³ À falta da sempre tão aguardada edição desta obra, registe-se a edição da sua tradução Ocidental (ms. 8817 da BNE) feita por R. Lorenzo, *La Traducción Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, Orense, Instituto Feijoo, 2 voll., 1975, bem como a edição policopiada do ms. Espág. 12 da BNF da responsabilidade de P. Rochwert – Zuili (que vejo referenciada em P. Rochwert, *Du poème a l’histoire. La geste cidienne dans l’historiographie alphoncine et neo alphoncine*, these pour le doctorat, Université Paris XIII, 1998, pág. 56), ou a vetusta edição de D. V.A. Huber da *Chronica del famoso cavallero Cid Ruy Diaz Campeador*, Stuttgart, 1853 (limitada aos reinados de Fernando I, Sancho II e Afonso VI, mas comodamente acessível em: <http://books.google.pt/books?id=6C2sO3gRSycC&pg=PP7&dq=chronica+del+famoso+cavallero#v=onepage&q=&f=false>. Consultado em 5/10/2009).

⁴ Os estudos clássicos sobre a *Crónica de Castela* são os de L. Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Volume I, e D. Catalán, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, para além da tese inédita de S. Armistead frequentemente convocada e discutida no referido livro de Catalán. Mais recentemente, há que ter em conta D. Catalán, *La Estoria de España. Creación y Evolución*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal, 1992; G. Martin, *Les Juges de Castille. Mentalités et discours historique dans l’Espagne médiévale*, Paris, Séminaire d’Etudes Médiévales Hispaniques, 1992; P. Rochwert, *Du Poème a l’Histoire*; D. Catalán, *La Épica Española. Nueva Documentación y Nueva Evaluación*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal, 2000; M. Hijano Villegas, “La materia cidiana en las crónicas generales: navegando la laguna del manuscrito E2 de la *Estoria de España*”, Congreso Internacional “El Cantar de Mio Cid y el Mundo de la Épica”, Burgos, Maio de 2007 [on-line em <http://www.scribd.com/doc/7074461/Hijano-Villegas-La-Materia-Cidiana-en-Las-Cronicas-Generales-De-La-Estoria-de-Espana>, Consultado em 2 de Janeiro de 2009]; o artigo de J. B. Crespo no *Diccionario Filológico* e também a comunicação de Mariano de La Campa Gutiérrez a este mesmo congresso.

⁵ D. Catalán, *La Estoria de España. Creación y Evolución*, págs. 139 – 156; D. Catalán, “Monarquia aristocrática y manipulación de las fuentes: Rodrigo en la *Crónica de Castilla*. El fin del modelo historiográfico alfonsí”, en G. Martin (ed.), *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)*, Madrid, Casa de Velázquez, págs. 75-94.

⁶ P. Rochwert, *Du Poème a l’Histoire*; P. Rochwert, *El “Cantar de mio Cid” y la “Crónica de Castilla”. Emergencia y valoración de los ‘nuevos linajes’ en la historiografía neoalfonsí*, Alcalá de Henares : Espagne (1999), consultado on-line (<http://hal.archives->

(que, de resto, se baseiam essencialmente na análise do reinado de Afonso VI) não deixam de estabelecer conexões entre esta crónica e a corte régia castelhana⁷. O texto da *Crónica de Castela* principia com Fernando I e terminava inicialmente com a morte de Afonso IX⁸, embora a maior parte dos manuscritos que dela subsistem lhe tenham juntado uma versão do reinado de Fernando III.

O aqui me interessa é, como comecei por dizer, apenas a secção destas obras em que se inclui a história dos reis de Portugal, isto é aquela que principia no reinado de Afonso VII. Importa salientar isto, porque, e segundo já Menéndez Pidal avisava⁹, a complexidade e a heterogeneidade da tradição manuscrita da *Estoria de España* e das crónicas com ela relacionadas exigem que, tanto quanto possível, se evitem generalizações. Em princípio, as conclusões a que se chega (ou a que se julga chegar) serão válidas para determinada secção, mas nada garante que o sejam para as restantes.

Justamente o reinado de Afonso VII constitui, tal como o de seu bisavô Fernando Magno, uma das mais importantes e tradicionalmente notadas fronteiras textuais no universo da *Estoria de España*. A partir desse momento, a *Crónica de Castela* passa a irmanar-se com a *Versão Crítica*, partilhando com ela um antecedente comum¹⁰. Esse antecedente seria, em boa parte, uma tradução do *De Rebus Hispaniae* do Arcebispo de Toledo, mas é de admitir que incluisse já mais alguma matéria, sobretudo episódios da menoridade de Afonso VIII¹¹. E era, sem dúvida, um texto do *scriptorium* afonsino (talvez um

ouvert.es.fr/index.php?halsid=853top02vi1v9320cirh6jjaq7&view_this_doc=halshs-00129755 &version=1) em 5/10/2009. Entretanto, a análise do episódio da Judia de Toledo permitiu a Amaia Arizaleta formular, de passagem, a ideia de que os Haro poderiam estar ligados à feitura da *Crónica de Castela* (ou da forma específica do episódio da Judia que nela surge): A. Arizaleta, “De la soberbia del rey: dos formas breves en la construcción historiográfica”, em J.M. Cacho Blecua, M.J. Lacarra (ed.), *Tipología de las formas narrativas breves románicas medievales (III)*, Zaragoza – Granada, 2003, pág. 97.

⁷ D. Catalán, *La Épica Española*, pág. 300; P. Rochwert, “De Sancie à Bérengère”, *e-Spania*, 1 | juin 2006, [En ligne], mis en ligne le 04 février 2008. URL : <http://e-spania.revues.org/index335.html>. Consulté le 05 octobre 2009. Rochwert – Zuili relaciona aqui certas particularidades da *Crónica de Castela* com a “conception molinienne du pouvoir royal”, pista que me parece dever seguir-se.

⁸ Facto notado, pela primeira vez, por D. Catalán, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*.

⁹ R. Menéndez Pidal, “Tradicionalidad de las Crónicas Generales de España”, em *Boletín de la Real Academia de Historia*, 136, págs. 131-197.

¹⁰ D. Catalán, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, pág. 243; D. Catalán, *La Épica Española*, págs. 53 – 54.

¹¹ Com efeito, a *Versão Crítica* e a *Crónica de Castela* contêm, nesta secção (de Afonso VII em diante), vários episódios alheios ao Toledano que surgem exactamente no mesmo local e

cuaderno de trabajo já com um assinalável grau de elaboração) o que, por si só, assegura que o redactor da *Crónica de Castela* teve acesso a materiais da câmara real castelhana¹².

Vejamos o que cada uma destas obras diz a respeito dos reis de Portugal.

Começarei pela *Versão Crítica*¹³, que tem sido, quanto a isso, bem mais estudada. Do Toledano, a *Versão Crítica* herdou (através do antecedente comum a ela e à *Crónica de Castela*) a localização, o conteúdo e mesmo, literalmente, o texto respeitante aos reis de Portugal¹⁴, introduzindo embora algumas importantes alterações e acrescentos.

Para percebermos isso, importa recordar sumariamente que o Arcebispo de Toledo incluiu no seu *De Rebus Hispaniae* uma parte dedicada aos reis portugueses, abrindo um par de capítulos exclusivamente consagrados a esta matéria no reinado de Afonso VII (momento escolhido por ter sido nessa época que Portugal adquiriu o estatuto de reino autónomo), nos quais tratou sucessivamente da linhagem régia portuguesa (no primeiro desses capítulos) e dos principais feitos dos seus monarcas até D. Sancho II, que então reinava (no segundo desses capítulos), reservando maior espaço a Afonso Henriques do que a qualquer um dos seus sucessores. No seguimento da sua obra, apenas quando e se a trajectória dos reis de Portugal se cruzasse com a dos monarcas castelhanos ou leoneses voltava D. Rodrigo a referir-se-lhes.

Ora, a *Versão Crítica* herdou, através do antecedente comum à *Crónica de Castela*, o texto do Toledano, mas procedeu, fundamentalmente, a duas grandes

quase sempre pelas mesmas palavras em ambas as crónicas, o que com muita probabilidade significará que esses episódios constavam já do antecedente comum a elas. São, na maior parte, episódios referentes à menoridade de Afonso VIII, cuja origem Catalán localizou em certa “história menos atajante” também conhecida por outras crónicas (**Manuelina* e *Ocampiana*), mas aproveitada de maneira diferente do que sucede na *Versão Crítica* e na *Crónica de Castela*, o que reforça a ideia de que estas duas obras herdaram esses episódios do seu antecedente. O reinado de Afonso VIII, apesar de ser um dos mais interessantes das crónicas, parece-me todavia textualmente ainda pouco estudado. Veja-se, em todo o caso, e como imprescindível base de trabalho, D. Catalán, *La Estoria de España. Creación y Evolución*, págs. 220 – 224 e 308 – 313; L. Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Volume I, págs. CCLII – CCLV.

¹² Foi precisamente com base nisto, que Cintra considerou a *Crónica de Castela* um texto saído do *scriptorium* régio castelhano: L. Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Volume I, págs. CCCXIII – CCCXIV. Por mim, não me apressaria a rejeitar esta hipótese.

¹³ Tomo como texto de referência o de M. Campa Gutiérrez, *La Crónica de Veinte Reyes y las Versiones Crítica y Concisa de la Estoria de España*. As partes pertinentes acham-se nas págs. 662 – 677 e 730 – 732.

¹⁴ Pode ver-se o texto respectivo do Toledano na edição do *Corpus Christianorum*, da responsabilidade de J. F. Valverde, *Historia De Rebus Hispaniae sive Historia Gothica*, Turnholti, Typographi Brepols Editores Pontificii, 1987, págs. 226 – 228 e págs. 244 – 245.

modificações: deixou de contar os feitos dos reis portugueses num único capítulo, intercalando-os nos reinados castelhanos ou leoneses cronologicamente correspondentes, e interpolou extensas passagens provenientes de um texto no qual o reinado de Afonso Henriques era alvo de particular desenvolvimento e em que o primeiro rei português, depois da morte de seu pai, enfrentava sucessivamente a sua mãe, o seu padrasto, o Imperador seu primo, as autoridades eclesiásticas e o rei de Leão. A *Versão Crítica* guiou-se, portanto, mais por critérios cronológicos do que pelos critérios estruturais que tinham levado D. Rodrigo a separar a História de Portugal da dos restantes reinos ibéricos e, dentro dela, a separar as informações genealógicas daquelas mais especificamente cronísticas. Por isso, e também porque o texto da *Versão Crítica* não ultrapassa o reinado de Fernando II de Leão, não se encontram nela nem os feitos de Afonso II e Sancho II que o Toledano mencionava, nem os pormenores sobre a chegada de Afonso III ao poder que o redactor chega a prometer detalhar¹⁵. De acordo com os seus critérios, tudo isto só poderia ser contado nas partes dedicadas a Afonso VIII de Castela (ou Afonso IX de Leão) e Fernando III de Castela e Leão, que não terão chegado a ser redigidas.

A segmentação da história dos reis de Portugal efectuada pelo redactor da *Versão Crítica* foi já bem explicada por Inés Fernández-Ordóñez¹⁶, que a considerou um sinal de que o redactor afonsino, ao deixar de consagrar um bloco específico aos feitos desses reis, estaria a recuar quanto ao reconhecimento da sua autonomia face à coroa castelhano-leonesa. Mas interessa fazer notar que o termo de comparação será o texto do Toledano, e não propriamente a primeira versão da *Estoria de España*, pois a redacção desta última não terá chegado a ultrapassar o final do reinado de Afonso VI.

Quanto à natureza e à proveniência do texto que permitiu ao redactor da *Versão Crítica* aumentar o reinado de D. Afonso Henriques em relação ao relato herdado da sua fonte principal, a questão foi resolvida por Diego Catalán¹⁷, o qual demonstrou que o redactor castelhano aproveitou um texto historiográfico português caracterizado por oferecer uma versão do reinado de Afonso

¹⁵ “don Alfonso, que fue casado con doña Matilla, condesa de Boloña, por ella ovo el condado, et después a días alçosele con todas fortalezas de Portogal e echo al rrey don Sancho, su hermano, del rregno e fynco el por rrey e señor de la tierra, e esto adelante lo contaremos mas conplida mente”, M. Campa Gutiérrez, *La Crónica de Veinte Reyes y las Versiones Crítica y Concisa de la Estoria de España*, pág. 674. Destaco a itálico a passagem que não se encontra no Toledano.

¹⁶ I. Fernández – Ordóñez, “Variación ideológica del modelo historiográfico alfonsí en el siglo XIII: las versiones de la *Estoria de España*”, en G. Martin (ed.), *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)*, Madrid, Casa de Velázquez, págs. 41-74.

¹⁷ D. Catalán, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, págs. 205-288.

Henriques em que uma narrativa lendária se encontrava já misturada com notícias analíticas. O mesmo investigador provou que esse texto historiográfico português viria ainda a ser acolhido, em cópia tardia, pelo ms. 86 do fundo de Santa Cruz de Coimbra da BPMP. Por minha parte, retomei as conclusões de Catalán e defendi a tese segundo a qual esse texto português que foi fonte da *Versão Crítica* ultrapassaria o reinado de D. Afonso Henriques e abrangeria os reinados seguintes, até o de D. Sancho II pelo menos, constituindo o que se poderá apelidar de *primeira crónica portuguesa*¹⁸. A esta crónica ficaria devendo o texto afonsino não só o amplo desenvolvimento do reinado de Afonso Henriques, mas também certa informação errónea e duplicada sobre a filiação da esposa de D. Sancho I, bem como, talvez, parte das notícias sobre a chegada de Afonso III ao trono que o redactor castelhano promete contar, tudo isto sem prejuízo de que ele se tenha afastado da sua fonte portuguesa em diversos pontos.

Efectivamente, se compararmos o seu texto com o do ms. 86¹⁹ (que, sem dúvida, preserva mais fielmente o texto do antecedente comum a ele e à *Versão Crítica*), verificaremos que o redactor afonsino seguiu aqui, como aliás era seu hábito, basicamente o seguinte procedimento: sempre que a fonte portuguesa e o Toledano não colidiam, misturava os seus relatos de acordo com um critério predominantemente cronológico; mas, quando colidissem, adoptava geralmente o texto de D. Rodrigo. Na prática, isto verifica-se apenas no confronto de Badajoz entre Afonso Henriques e Fernando II, pois só aí as suas duas fontes eram contraditórias.

As razões que levaram a *Versão Crítica* a incluir esta matéria de origem portuguesa não são, no entanto, fáceis de compreender. Sem dúvida, uma parte da explicação reside no que se poderá chamar espírito globalizante de Afonso X, disposto a albergar todos os feitos que sucederam na Espanha. Mas tem sido notado que a *Versão Crítica* constitui uma radicalização do modelo ideológico afonsino, entre outras coisas na defesa da indivisibilidade da terra²⁰, e isso parece colidir um pouco com a exaltação e legitimação de um herói a quem se

¹⁸ F. A. Moreira, *Afonso Henriques e a primeira crónica portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas, 2008.

¹⁹ As duas versões podem ver-se lado a lado em F. A. Moreira, *Afonso Henriques e a primeira crónica portuguesa*, págs. 105 – 122. Este ms. 86 do fundo de Santa Cruz da Biblioteca Pública do Porto contém o texto normalmente conhecido pela designação de *IVª Crónica Breve*, que é aquele a que aqui me refiro.

²⁰ M. Campa Gutiérrez, “Las versiones alfonsies de la *Estoria de España*”, en I. Fernández – Ordóñez (ed.), *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2000, págs. 83 – 106.

ficou devendo a autonomização de um território – e repare-se que até a derrota de Afonso VII e do seu numeroso exército foi integralmente preservada pela *Versão Crítica*. Penso que toda esta narrativa sobre o percurso de Afonso Henriques constitui um daqueles momentos em que os textos cronísticos se deixam atravessar por uma elevada dose de ambiguidade que, enriquecendo-os, os torna irredutíveis aos habituais critérios analíticos modernos que pretendem que os textos sejam favoráveis a isto ou contrários àquilo. Consoante se queira salientar o cumprimento da maldição materna, a legitimidade paterna inicial, a decisão de atacar um território que legitimamente lhe não pertenceria ou a forma como conseguiu, ainda assim, salvaguardar a autonomia da terra, Afonso Henriques será exaltado ou censurado, vítima da justiça divina ou amparado pela justiça humana, e é, por isso, perfeitamente possível que os propósitos que levaram à criação desta narrativa não tenham sido os mesmos que conduziram ao seu acolhimento pela *Versão Crítica*.

Saliente-se, ainda, que a *Versão Crítica* se relaciona com a *primeira crónica portuguesa* de uma outra maneira. Com efeito, e segundo noutro local creio ter demonstrado²¹, o episódio em que Afonso VII prende sua mãe, D. Urraca, e o amante desta, Pedro de Lara, proveio de certa *Versão Interpolada do *Liber Regum* que, para além de ter já sido aproveitada pelos redactores da *Versão primitiva da *Estoria de España*, viria a circular em conjunto com a *primeira crónica portuguesa*. O referido episódio contém muito visíveis semelhanças com o da prisão de D. Teresa e seu aliado Fernão de Trava por D. Afonso Henriques²², e parece-me hoje poder dizer (i) que existe uma relação de intertextualidade entre um e outro e (ii) que, quando a *Versão Crítica* teve acesso ao texto da *primeira crónica portuguesa*, já ele andava reunido ao *Liber Regum Interpolado*²³.

²¹F. A. Moreira, “Um novo fragmento da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341 – 1342* e suas relações com a historiografia alfonsina”, in *Guarecer on-line*, fundo de publicações do Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade, disponível em <http://www.seminariomedieval.com/guarecer/fam2009.pdf>. [Consultado em 9/10/2009].

²²As semelhanças entre ambos os episódios, sendo já muito estreitas no texto da *Versão Crítica*, eram-no ainda mais no do *Liber Regum Interpolado*, pois a *Versão Crítica*, como era seu hábito, harmonizou o texto desta fonte com o do Toledano, a que dava primazia. O episódio tal qual constava da fonte da *Versão Crítica* pode ler-se num historiógrafo português do século XVI, segundo indico no estudo referido na nota anterior.

²³Reservo para outra ocasião o aprofundamento destas questões. Entretanto, e a respeito de alguns importantes aspectos da construção da imagem historiográfica de D. Urraca e D. Teresa, aconselharia a leitura de M. R. Ferreira, “Urraca e Teresa: O Paradigma Perdido”, em curso de publicação nas actas do Congresso Internacional *In marsupiiis peregrinorum. Circulación de textos e imaxes arredor do Camiño de Santiago na Idade Media*, Santiago de Compostela, 24 a 28 de marzo de 2008, cuja primeira versão está disponível on-line em

Passemos à *Crónica de Castela*²⁴. Genericamente, esta obra está mais próxima do texto do Toledano (que herdou através do antecedente comum à *Versão Crítica*), na medida em que mantém o bloco específico dos reis de Portugal e distancia-se da sua fonte principal em poucas, embora interessantes, ocasiões.

Alguns desses afastamentos são comuns à *Versão Crítica* e remontam, portanto, seguramente, ao antecedente de ambas. De maior importância são as especificidades da *Crónica de Castela*. A maior parte delas situa-se no reinado de D. Afonso Henriques, e, segundo entendo, destina-se a mostrar ou a salientar a autonomia dos reis de Portugal face aos monarcas castelhanos e leoneses. Assim, lá onde o Toledano e a *Versão Crítica* se limitam a dizer que o rei português prometeu tributo ao Papa, a *Crónica de Castela* acrescenta: “E esto fizo el por salir del tributo de castilla e de leõ e del vasallaje en q era”²⁵. E as restantes diferenças, todas relacionadas com o confronto de Badajoz (que a *Crónica de Castela*, tal como o Toledano, menciona em duas ocasiões), parecem-me servir o mesmo propósito. Na segunda dessas ocasiões, a *Crónica de Castela* antepõe a separação de Fernando II e sua esposa, filha de Afonso Henriques, a esse confronto, e considera-a mais uma razão para o ataque do rei português àquele território, facto que lhe permite atenuar a relativa arbitrariedade desse ataque. Por outro lado, após ser capturado, Afonso Henriques faz um pacto com Fernando II, de voltar à prisão mal possa cavalgar, e, para não ter de se sujeitar a essa promessa, decide nunca mais andar a cavalo, fazendo-se transportar em andas e colos de homens e mantendo, assim, a posse do reino.

Façam-se duas importantes observações: em primeiro lugar, e com respeito a Badajoz, a *Crónica de Castela* afasta-se do Toledano precisamente naqueles momentos em que a *Versão Crítica* o seguia a ele, e não ao texto a que chamo

http://www.seminariomedieval.com/outras_pub_online/FERREIRA_URRACA_E_TERESA.pdf. [Consultado em 8/10/2009]; e de I. Barros Dias / M. J. Branco, “Metamorfoses de Urraca de Castela – Leão e de Teresa de Portugal: construções e desconstruções das imagens de duas rainhas”, em A. L. Castro y L. C. Torre (ed.), *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, León, Universidad de León, Vol. I, págs. 335 – 348 (trabalho a cuja hipótese de filiação da violenta morte de D. Urraca tal qual narrada pela *Versão Crítica* nos *Miracula Sancti Isidorii* não posso, no entanto, e pelo que exponho em “Um novo fragmento...”, deixar de opor grandes reservas).

²⁴ Tomo como texto de referência o ms. 830 da BNE, o qual, embora seja uma mistura de *Crónica de Castela* e *Crónica Ocampaiana*, pertence, nas partes em que copia a primeira destas crónicas (e é esse, sem dúvida, o caso do reinado de Afonso VII) à melhor família de mss. da *Crónica de Castela*: D. Catalán, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, págs. 329 – 330.

²⁵ MS. 830, fólho 99v.

primeira crónica portuguesa. Depois, nesses momentos são visíveis as semelhanças da *Crónica de Castela* com o texto português²⁶. Mas como as explicar? Diego Catalán chegou a acreditar que a narrativa sobre Afonso Henriques começou por circular oralmente, e que, ao contrário da *Versão Crítica*, a *Crónica de Castela* tivesse conhecido uma versão oral dessa narrativa²⁷. E importa fazer notar que, ao contrário de parte da crítica portuguesa, que parece ter dogmatizado não só a existência prévia da narrativa em causa, mas a existência prévia e isolada dos seus diversos episódios²⁸, Catalán salientou sempre (creio que bem) a sua unidade. A questão coloca-se, portanto, na forma como a *Crónica de Castela* a terá conhecido. E, para isso, proponho um cenário alternativo ao que Catalán em tempos delineou.

Acontece que a *Crónica de Castela* se afasta do Toledano também no reinado de D. Sancho II. D. Rodrigo limitava-se a assinalar algumas conquistas que nesse reinado se verificaram e a desejar que o rei prosseguisse da melhor maneira o seu governo. Porém, a *Crónica de Castela* omite as conquistas (certamente para melhor justificar o que vem a seguir) e introduz um pequeno resumo da deposição de D. Sancho, dizendo que o Papa, por falta de justiça do rei, o substituiu na governação pelo seu irmão Conde de Bolonha, que foi muito bem recebido pelos portugueses, terminando aí o seu relato. É uma atitude estranha: tendo a *Crónica de Castela* sido redigida seguramente depois de 1289, quando já D. Dinis era rei de Portugal, por que razão o seu texto não vai além da chegada de Afonso III ao trono? E se o seu objectivo não era o de actualizar a história de Portugal, por que refere a deposição de D. Sancho, prolongando assim o relato do Toledano? Ora, esta estratégia de não mencionar qualquer boa acção devida a D. Sancho como forma de melhor justificar a sua deposição, e de considerar que o Conde de Bolonha chegou ao reino sem enfrentar qualquer resistência é rigorosamente a mesma estratégia que vemos ser adoptada pela narrativa que o já referido ms. 86 de Santa Cruz dedica, também, a esta matéria. Mas não é a estratégia seguida pela historiografia portuguesa posterior, a qual, a partir da *Crónica de 1344*, foi inserindo diversos episódios de resistência ao

²⁶ Entrega de castelos da Galiza, sem especificação de quais foram eles (na primeira das duas referências feitas pela *Crónica de Castela* ao confronto de Badajoz); Afonso Henriques deixa de cavalgar por decisão própria, de forma a evitar a vassalagem ao rei leonês e passa a usar um transporte alternativo (elementos presentes nas duas referências ao episódio).

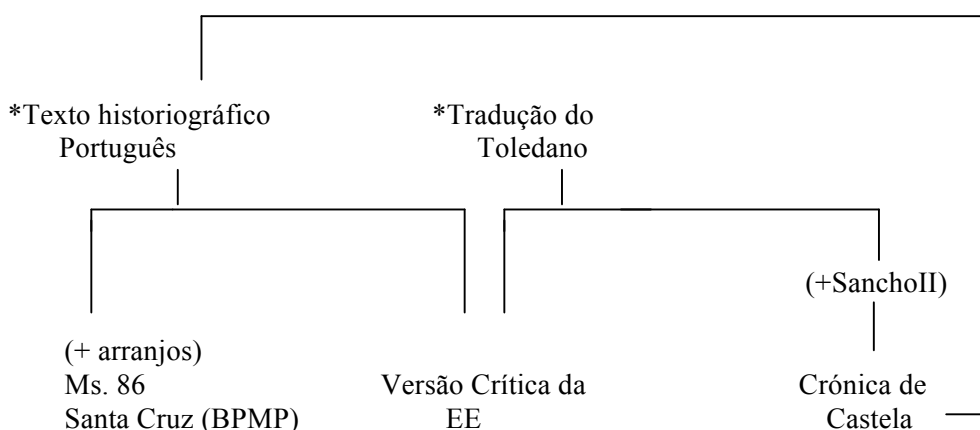
²⁷ D. Catalán, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, págs. 265–266. É todavia interessante fazer notar que, posteriormente, Catalán, considerando embora *defensável* a existência de uma tradição épica sobre D. Afonso Henriques, deixou de relacionar a *Crónica de Castela* com essa problemática: D. Catalán, *La Épica Española*, págs. 53–58.

²⁸ O clássico é aqui A. J. Saraiva, *A Épica Medieval Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Breve, ICALP, 1979.

bolonhês²⁹. A *Crónica de Castela* alinha, portanto, uma vez mais, com o texto do ms. 86. E, segundo noutro local defendi, a narrativa da deposição de Sancho II presente neste manuscrito deve remontar ao mesmo texto que foi conhecido pela *Versão Crítica*, ou seja ao texto a que chamo *primeira crónica portuguesa*³⁰. A hipótese que aqui deixo, e que não sei até que ponto será mais viável que a de Catalán, mas me parece digna de ponderação, é que o redactor da *Crónica de Castela*, familiarizado como estava com os materiais afonsinos, tenha tido acesso não apenas a *cuadernos de trabajo*, mas a outros materiais reunidos na câmara real, entre eles o texto português aproveitado pela *Versão Crítica*, e tenha daí tirado algumas informações e pormenores, ajustando-os às suas concepções.

Ou seja, e graficamente: à proposta de Catalán³¹:

*Lenda de Afonso Henriques

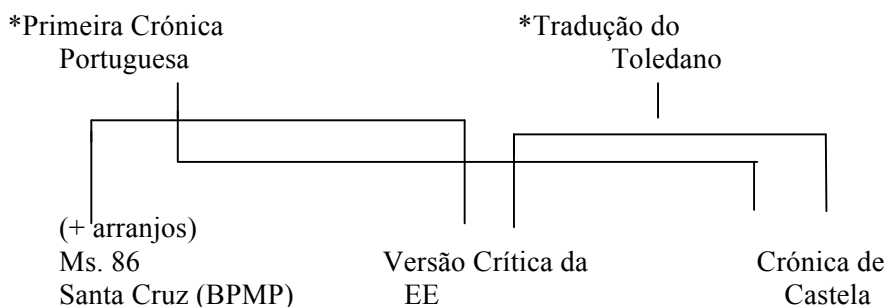


²⁹ F. A. Moreira, “O lugar de Sancho II na cronística medieval portuguesa” (aguarda publicação nas *Actas do VI Colóquio da Secção Portuguesa da AHLM*), disponível on-line em: [http://www.seminariomedieval.com/outras_pub_online/MOREIRA E des ally foi pera mall.pdf](http://www.seminariomedieval.com/outras_pub_online/MOREIRA_E_des_ally_foi_pera_mall.pdf). [Consultado em 8/10/2009].

³⁰ F. A. Moreira, *Afonso Henriques e a primeira crónica portuguesa*, págs. 70 - 80.

³¹ D. Catalán, *De Afonso X al Conde de Barcelos* (o esquema foi feito por mim, a partir das ideias de Catalán expostas nesta obra). Recordo que, posteriormente, Catalán não teve em conta a *Crónica de Castela* no que a D. Afonso Henriques e às suas tradições lendárias diz respeito.

Eu contraporá, como *hipótese de trabalho*, o seguinte:



Este tipo de procedimento verifica-se, aliás, noutras situações. Por exemplo, e segundo Catalán demonstrou, no episódio da morte de Fernando I, a *Crónica de Castela* recorre pontualmente ao *Poema de las Particiones*³², que a *Versão Crítica* já tinha extensamente aproveitado. Com a matéria lendária dedicada a Afonso Henriques, a atitude da *Crónica de Castela* foi, muito plausivelmente, a mesma: embora a tenha conhecido, seleccionou apenas alguns dos seus aspectos. Mas, neste caso, a sua base pode não ter sido uma versão oral, e sim (já) uma pequena crónica portuguesa.

³² D. Catalán, *La Épica Española*, págs. 300–306.

